

Primeira sessão

Publicação oficial: definição, abrangência e características

Mirian Rejowski de Carvalho

Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A – IPT
01000 São Paulo, SP

Resumo – As publicações oficiais tratadas como veículos de comunicação, inseridos no processo de transferência da informação, apresentam os seguintes aspectos:

- a. definição/conceito, analisando as dúvidas oriundas dos mesmos;
- b. problemas de abrangência, face ao tipo, conteúdo e público;
- c. identificação a partir de elementos característicos primários (brasão e órgão editor) e secundários (título, autoria, formato etc).

Finalmente, propõe uma reflexão conjunta a nível dos três componentes do processo de transferência da informação (autor/editor/bibliotecário).

1 Introdução

Considerando o que se vem discutindo sobre as **publicações oficiais**, tanto em Seminários precedentes a este (em especial o V SPOB), quanto no âmbito de entidades como a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), estudiosos e profissionais da área, notou-se que não há consenso acerca do que seja, realmente, uma publicação oficial em termos de:

- a. *definição/conceito*;
- b. abrangência;
- c. características.

Objetivando analisar e colocar em debate as principais questões envolvidas em cada um desses tópicos, propõe-se uma séria reflexão sobre essa problemática, no âmbito deste Evento.

Para analisar as publicações oficiais sob essa ótica, aborda-se, inicialmente, a importância e o que elas representam como veículos de comuni-

cação. Após essa colocação, discutem-se as principais questões envolvidas em cada um dos tópicos, ou seja:

- a. definição/conceito: existem várias definições e conceitos a nível nacional e internacional; qual dever-se-ia adotar neste Seminário? Uma definição ou um conceito?
- b. abrangência: qual a abrangência das publicações oficiais? Seu conteúdo, público ou tipo?
- c. características: o que caracteriza uma publicação oficial? Como pode ser identificada?

Face a uma bibliografia muito restrita do tema, além dos poucos textos levantados, foram feitas entrevistas com profissionais e estudiosos, e foi considerada, também, a própria experiência do autor, que vem atuando na editoração de publicações técnico-científicas do Instituto de Pesquisas Tecnológicas.

2 Importância das publicações oficiais como veículos de comunicação

Ao tratar das publicações oficiais, está-se falando, necessariamente, em comunicação, pois estas (oficiais ou não) são veículos de comunicação, isto é, meios de comunicar a mensagem de uma pessoa para outra, de um país para outro, de uma cultura para outra.

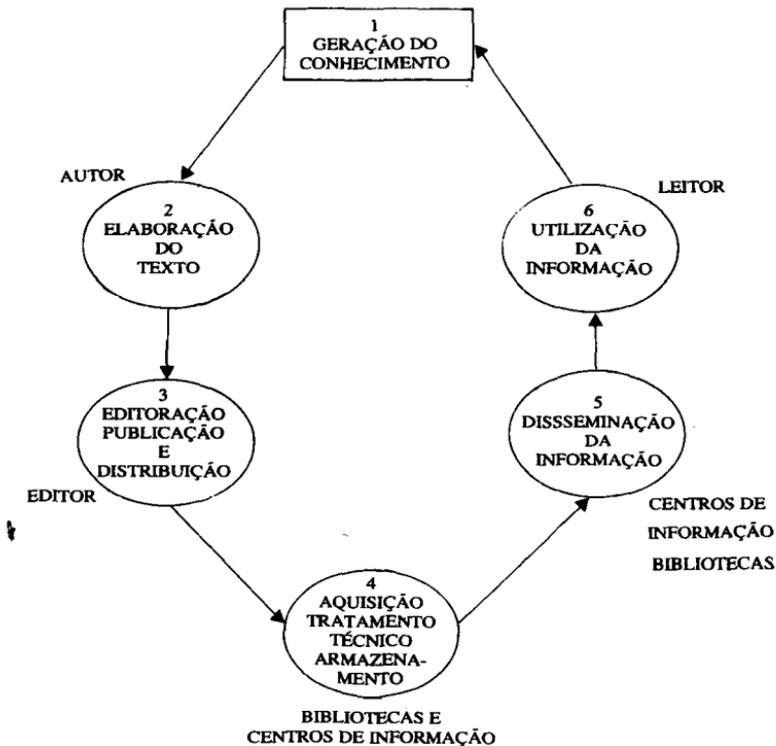
Para que exista a **comunicação**, deve existir a **informação** (mensagem idéia, conteúdo) e o **documento** (fonte, registro, meio, veículo), além da própria transmissão física da mensagem (Carvalho, 1985). Esse inter-relacionamento provoca uma relação de interdependência que Silva (1981 : 20) assim explica:

“...a **comunicação** depende da **informação**. Se a **informação** estiver gravada ou inscrita em alguma espécie de **documento**, então a **comunicação** não pode prescindir da **documentação**. Somente no caso de a **informação** existir apenas na memória de alguém é que a **comunicação**, para se efetivar, prescinde do **documento**. Mas passa a depender, fatalmente, do concurso da pessoa ou das pessoas que memorizam o assunto.”

As publicações são, portanto, veículos de comunicação formal, ou seja, textos formalmente publicados sob várias formas, que dependem, para que ocorra a comunicação, da informação e da documentação. Analisando melhor esta questão, observa-se que a publicação, sendo um documento, é, ao

contrário da informação, algo corpóreo, tangível, onde está fixada ou gravada, por meio de símbolos verbais, uma noção, idéia ou mensagem, isto é, a própria informação. É o suporte material que abriga a mensagem e a transmite. No entanto, se a informação registrada em uma publicação não for armazenada e disseminada, poucos poderão acessá-la e/ou consultá-la. Assim, faz-se necessária a reunião e classificação das publicações com a finalidade de disseminar a informação nelas contida, propiciando a sua utilização. A documentação, nesse sentido, constitui-se na memória de uma nação, um país, da qual fazem parte, ao lado de outros documentos, as publicações oficiais.

Nesse contexto, as publicações oficiais inserem-se no processo de transferência da informação (Figura 1).



Fonte: Adaptado de Cesarino (1978).

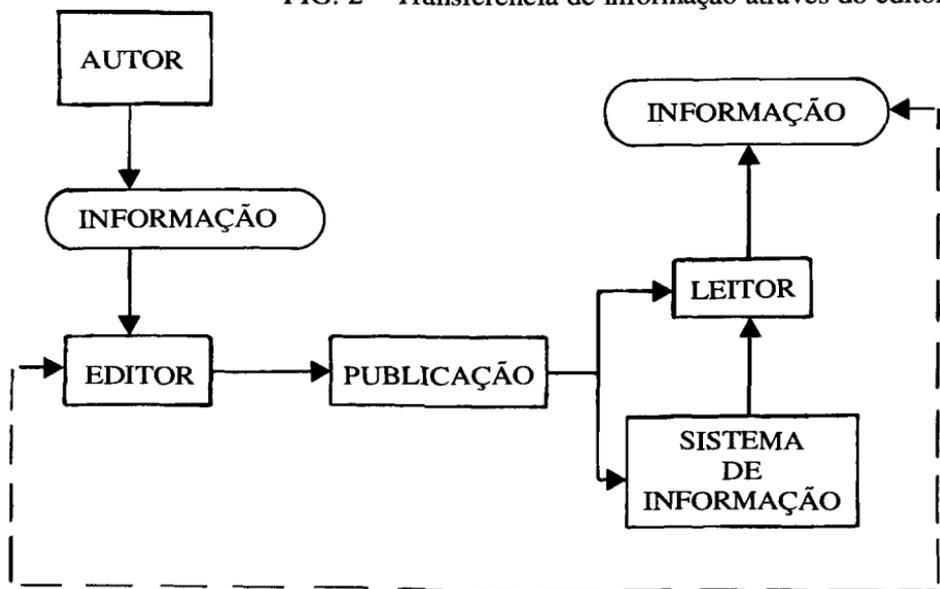
FIG. 1 – Transferência da informação através de canais publicados

Todos esses componentes do processo de transferência da informação atuam na comunicação e deles depende a eficácia da mesma, em maior ou menor grau. O editor, por exemplo, detém uma grande parcela de responsabilidade na eficácia da comunicação, por constituir-se no grande filtro do processo e no elo de ligação entre o autor e o técnico da informação ou bibliotecário (Figura 2).

Para que se possa evoluir e tornar mais eficaz a comunicação centrada nas publicações oficiais, é imprescindível a conscientização, entendimento e cooperação entre todos os componentes desse sistema, ou seja, entre autor, editor e bibliotecário ou especialista da informação.

Somente com um esforço conjunto as publicações oficiais podem ser veículos de comunicação eficaz, e, conseqüentemente, integrarem a memória nacional, dentro de um processo de transferência de informação.

FIG. 2 – Transferência de informação através do editor



Fonte: CARVALHO (1985).

3 Definição/Conceituação

De uma forma simples, o que difere uma publicação oficial das demais é que está relacionada a uma instituição oficial. Segundo o Dicionário Aurélio (Ferreira, 1975: 699/1165):

publicação oficial: “publicação editada por órgão estatal ou para-estatal”

oficial: “proposto por autoridade ou emanado dela”.*

Se as publicações oficiais são oriundas de instituições oficiais, nada mais óbvio do que perguntar: quais são essas instituições no Brasil? – Parece não haver dúvidas quanto às instituições vinculadas diretamente à administração pública (Ministérios, Secretarias de Estado etc.), mas quanto às instituições vinculadas indiretamente (Empresas, Institutos de Pesquisa, Fundações etc.) há controvérsia.

Esta é uma das dúvidas oriundas nas várias definições e conceitos, os quais serão tratados a seguir.

3.1 Conceito do 1º SPOB

Em 1975, quando da realização do 1º Seminário de Publicações Oficiais Brasileiras (1º SPOB), adotou-se o seguinte conceito de publicações oficiais:

“Documentos bibliográficos e não-bibliográficos, produzidos e/ou editados sob a responsabilidade, às expensas ou por ordem dos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, como também de entidades dotadas de personalidade jurídica própria – de qualquer forma vinculadas à administração pública – nos níveis federal, estadual, municipal, incluindo os Territórios e o Distrito Federal”. (Cavalcanti, 1983: 8)

* **Editar** significa “fazer a edição de; publicar”. **Edição** significa “conjunto de atividades relacionadas à reprodução, publicação e distribuição de textos...na forma de livros, jornais, revistas...; ato ou efeito de editar” (Rabaça & Barbosa, 1978: 170-3) **Autoridade** significa “os órgãos do poder público” (Ferreira, 1975: 63).

3.2 Proposta de definição do 5º SPOB

Em 1983, durante a realização do 5º SPOB, mostrou-se a necessidade de uma definição. Cordélia R. Cavalcanti apresentou, pertinentemente, uma proposta de definição de publicações oficiais para uso internacional, com base na definição proposta em reunião da International Federation of Library Association (IFLA), em 1982. (Cavalcanti, 1983/6-7):

“Publicação oficial é qualquer documento, impresso ou produzido, em cópias múltiplas, por outros métodos reprográficos, editado por organização que pode ser considerada como instituição oficial, acessível a um público mais amplo do que o da própria instituição”.

Esta proposta ainda define o que é uma instituição oficial e considera as expressões “publicação oficial” e “publicação governamental” como sinônimas.

3.3 Definição da ABNT

No dia 25 de março de 1982 foi instalada a Comissão de Estudos sobre Publicações Oficiais da Associação Brasileira de Normas Técnicas, visando a elaboração de norma sobre as mesmas. O assunto em pauta era tão polêmico que o projeto de norma foi publicado apenas em abril de 1986 – quatro anos após sua instalação. A definição de publicação oficial, segundo esse projeto, é a seguinte:

“Documento impresso por qualquer processo mecânico, convencional ou não, produzido e/ou editado sob a responsabilidade, às expensas ou por ordem de qualquer entidade, seja da administração direta ou indireta, nos níveis federal, estadual ou municipal”. (Associação..., 1986:1)

O termo publicação, nesse sentido, “inclui vários tipos de documentos, tais como: livros, publicações em série, publicações periódicas, anais de congressos, bibliografias, catálogos, cartazes, relatórios, planos diretores e outras publicações institucionais”. (Associação..., 1986:1)*

(*) Consideram-se publicação convencional os livros e periódicos; publicação não-convencional as normas, teses, relatórios, patentes etc.

3.4 Outras definições

A nível internacional e em outros países tem-se procurado definir o termo publicação oficial. Citam-se, a seguir, algumas dessas definições.**

Segundo a *United Nations Educational Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), publicações oficiais são:

“todos os documentos, livros, periódicos e outros trabalhos publicados por ordem ou às expensas das autoridades públicas”.
(MEYRIAT, 1958)

Esta definição corresponde praticamente à definição americana de publicação governamental, que é a seguinte:

“*Government publication* significa a informação que é publicada como um documento individual às expensas do governo ou requerida por Lei”. (Souza, 1985:44)

Assim, as publicações governamentais dos Estados Unidos, a nível federal, envolvem as publicações do Poder Executivo, do Congresso (ou do Poder Legislativo) e do Poder Judiciário.

Outra definição de publicações oficiais, a alemã, faz uma distinção entre publicações oficiais e semi-oficiais. As primeiras são de total responsabilidade de um órgão ou entidade pública, enquanto as segundas são apenas financiadas por uma entidade pública (Zoller-Phillips *apud* Souza, 1985).

A definição francesa estabelece que as publicações oficiais são aquelas que:

“apresentam, ao alto da folha de rosto, o nome da instituição pública como autor principal, ou apresentam, sob o título, no texto, ou na capa, observação indicativa de que a responsabilidade pela publicação é aceita por órgão público...

Edições impressas que informem explicitamente que uma instituição pública é responsável por sua criação, também devem ser consideradas oficiais.” (Dampierre *apud* Cavalcanti, 1983:5)

(**) Ver definições legais de publicações oficiais de vários países e organizações no trabalho de Cavalcanti (1983:3-6), apresentado no 5º SPOB.

Por último, é interessante citar que as publicações oficiais italianas devem ter os seguintes requisitos:

- “1) Estão relacionadas quanto à edição, impressão e distribuição, e saem através dos órgãos ou departamentos governamentais públicos pertencentes ao Estado;
- 2) Os conteúdos refletem, sob o ponto de vista das opiniões expressas, somente dados oficiais e os programas dos órgãos públicos ou departamentos governamentais, considerados como instituições do sistema constitucional: estes conteúdos não expressam opiniões para apoiar a atividade de grupos políticos singulares;
- 3) Sua distribuição está subordinada, por todos os requisitos formais e essenciais fornecidos, pela lei italiana para publicação e distribuição de material impresso”. (Graziani, 1974:314)

3.5 Discussão

Analisando todas essas definições e conceitos, surgem várias dúvidas, algumas já levantadas no 5º SPOB, que podem ser assim sintetizadas:

- a. O que é *oficial*? O termo *oficial* é realmente sinônimo de *governamental*?
- b. As publicações oficiais devem ser definidas a partir da *forma*, sem considerar o seu *conteúdo informacional*?
- c. A inclusão de uma publicação na categoria oficial deve ser definida pelas *condições econômicas* sob as quais se processou sua edição?
- d. Deve-se considerar uma publicação oficial apenas quando esta é *editorada* em um órgão público, ou quando for *impressa* pelo mesmo?
- e. Quais são as *instituições oficiais brasileiras* que editam publicações oficiais?

Estas questões, além de outras, têm gerado muita polêmica e não se conseguiu, ainda, adotar um conceito (muito menos uma definição) de consenso geral.

Nas propostas do 1º SPOB, 5º SPOB, ABNT e UNESCO a publicação oficial é definida/conceituada a partir da responsabilidade de quem a edita, produz e/ou imprime: se for editada, produzida e/ou impressa por uma instituição oficial é, necessariamente, uma publicação oficial.

Neste particular, convém assinalar uma crítica. O termo *editar* deve ser melhor compreendido, pois não pode ser “misturado” com o *produzir* e o *imprimir*. Ora, quem edita é a entidade oficial que, independentemente de produzir e/ou imprimir, publica a informação, detendo o direito de sua reprodução (“copyright”). Há vários casos em que a publicação oficial é impressa em empresas privadas (gráficas) e vários casos em que a instituição oficial gera o conteúdo da publicação, mas este é editado por uma editora privada. Outros casos mostram, ainda, que a instituição oficial edita uma publicação e seu conteúdo não foi por ela produzido (por exemplo: traduções). Assim, *o editar* mais se vincula a uma publicação ser oficial ou não, do que *o imprimir e o produzir*.

Por outro lado, essas definições/conceitos são amplos, e não têm por preocupação o conteúdo das mesmas; como a proposta da IFLA (5º SPOB), não distingue oficial de governamental, considerando tais palavras como sinônimas. Souza (1985) discorda desta postura, pois, adotando-se uma dessas definições (como o conceito do 1º SPOB), deve-se alterar o nome oficial para governamental:

“Publicação governamental é um título que se coaduna, perfeitamente, com a definição que foi estabelecida no primeiro SPOB e determina a caracterização da publicação oficial pela forma.” (Souza, 1985, p.46)

Considera, também que:

“nas publicações oficiais deve estar o pensamento dos órgãos oficiais enquanto órgãos que administram recursos públicos, pesquisa etc. Porém os estudos e relatórios de pesquisa deixam de ter esse caráter de publicação oficial na medida em que os resultados expostos são fruto de uma técnica ou metodologia científica, reapplicável por qualquer cidadão para a obtenção dos mesmos resultados, antes de ser um repertório do pensamento oficial, ou melhor, do pensamento dos governantes”. (Souza, 1985:44)

De acordo com essas colocações, Souza (1985) propõe três opções:

- a. adotar um conceito amplo (o do 1º SPOB) e alterar a denominação para *publicação governamental*;
- b. continuar com a denominação *publicação oficial e restringir o conceito*, a partir do conteúdo informacional da obra, considerando-se: a verdadeira dimensão da definição da UNESCO, os princípios italianos, o ponto de vista alemão e a definição francesa;
- c. permanecer com o termo publicação oficial, criando-se títulos secundários, visto ser o mesmo muito abrangente.

Embora a princípio o termo governamental indique mais claramente publicações relacionadas a órgãos governamentais, o próprio Dicionário Aurélio define oficial como *emanado dos órgãos públicos*, e a própria IFLA considera *oficial e governamental* como palavras sinônimas. Em outro sentido, discorda-se de Silva (1985), quando diz que as publicações oficiais devem trazer o “pensamento do órgão oficial”, pois:

- O que é “pensamento do órgão oficial”?
- O programa de ação de um órgão oficial traz esse “pensamento” ou simplesmente reflete a filosofia/política/estratégia de atuação do mesmo?
- Os estudos e pesquisas realizadas por um órgão oficial não se relacionam ao seu objetivo e atuação? Por que não considerar os relatórios de pesquisas como publicações oficiais?
- Se, no momento, dispõe-se apenas de um conhecimento fragmentado e pouco representativo do universo das instituições oficiais brasileiras e das suas publicações, seria oportuno restringir o seu conceito a nível de conteúdo?

Considera-se imprescindível que tais questões sejam discutidas e devidamente esclarecidas, para a formulação e adoção de um *conceito* (e não uma definição) de *publicações oficiais brasileiras*. Reforça-se, uma vez mais, que *o editar* tem uma relação muito estreita com o conceito, pois indica a responsabilidade editorial da publicação e envolve, em certo sentido, o produzir e o imprimir. Acredita-se, também, que o conteúdo das publicações oficiais deva relacionar-se aos objetivos e à própria atuação da instituição oficial, além de ser relevante para a memória nacional.

Com base no que foi discutido neste item, pode-se, agora, passar à análise das questões envolvidas na abrangência e caracterização das publicações oficiais brasileiras.

4 Abrangência

A questão da abrangência das publicações oficiais se traduz na pergunta: Abrangência de que? De tipo? De conteúdo? De público? Discutem-se, a seguir, cada um desses três tópicos.

4.1 Tipos de publicações

A abrangência de tipos de publicações oficiais, em sentido amplo, é igual ao número de todas as diferentes formas de se publicar um texto. Para ter-se uma idéia dessa amplitude, basta folhear a norma da ABNT que trata da terminologia de documentos científicos. (Associação..., 1967)

O tipo de publicação é definido face ao conteúdo e ao público a que se destina. Por exemplo:

conteúdo = texto base de um curso

+

público = alunos que freqüentarão o curso

publicação = apostila ou livro texto ("text book")

conteúdo = trabalhos apresentados no 6º SPOB

+

público = pessoas e entidades que participaram do Evento e outras com interesse na área

publicação = anais do 6º SPOB

Há várias formas de se classificar os tipos de publicações. Uma é subdividi-las em quatro grupos: publicações institucionais, publicações informativas/técnico-científicas, publicações literárias e publicações promocionais/comerciais, como é apresentado no quadro a seguir (Figura 3).

FIGURA 3 – Quadro sintético de classificação dos tipos de publicações

GRUPO	TIPO
Publicações institucionais	Relatórios anuais, planos diretores, estatutos, publicações históricas e/ou comemorativas etc.
Publicações informativas/ técnico-científicas	Publicações periódicas (boletins, revistas) Publicações em série Publicações não-periódicas e não-seriadas (manuais, livros-texto, relatórios, anais de eventos, apostilas, coletâneas, bibliografias etc.)
Publicações literárias	Livros de ficção, poesia, romances etc.

Cont.

GRUPO	TIPO
Publicações comerciais/ promocionais	Publicações várias, orientadas à venda e/ou promoção de produtos, serviços e atividades (folhetos, cartazes, catálogos etc.)
Outros	Livros de arte etc.

Com exceção das publicações comerciais/promocionais, na maioria de vida efêmera, todos os outros tipos de publicações podem ser considerados como oficiais, desde que sejam editados por uma instituição oficial/governamental, que seus conteúdos traduzam o objetivo e a atuação dessa instituição, e que se possa, através deles, recuperar a memória da instituição e a memória nacional.

Assim, para cada instituição oficial/governamental em particular pode-se classificar as suas publicações, tendo por base a classificação acima citada ou outra que seja mais adequada.

4.2 Conteúdo

Analisando o conjunto de publicações editadas por instituições oficiais sob o ponto de vista do conteúdo, este é ilimitado. Em cada instituição ter-se-à determinado(s) conteúdo(s). Por exemplo: o conteúdo das publicações do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT) refere-se à ciência e tecnologia, em função de suas áreas de atuação, como engenharia mecânica, minas e geologia aplicada, agroindústria, celulose e papel etc.

O conteúdo das publicações oficiais reflete o objetivo e a atuação da instituição oficial que a edita, sendo, no entanto, variável com o decorrer do tempo, e acompanhando as modificações estruturais que vierem a ocorrer. Por exemplo: o conteúdo das publicações das Secretarias X e Y se altera quando ambas se fundem em uma única; quando é criada uma nova Divisão em um Instituto de Pesquisas; quando uma nova Faculdade é criada dentro de uma Universidade.

4.3 Público

A abrangência do público das publicações oficiais, a exemplo do conteúdo,

também é de difícil delimitação. A nível de cada instituição é específico, podendo restringir-se a públicos de determinados municípios, estados, regiões ou nações.

Na verdade, cada publicação é dirigida para um público específico, pois raramente as publicações oficiais podem ser consideradas como veículos de comunicação de massa. Nesse sentido, discutir o público é discutir as publicações de uma instituição oficial em particular. Por exemplo: as publicações da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), editadas por seus centros regionais, são dirigidas a um público regional, enquanto as publicações do IPT são dirigidas a um público mais amplo, a nível nacional.*

Porém, em ambos os casos, há pessoas fora dessas esferas, por exemplo em outras regiões ou outros países, que podem ter interesse em publicações, mormente as técnico-científicas. O IPT publicou, há cerca de cinco anos, um livro sobre análise de marés em inglês, porque a maioria dos estudiosos sobre esse assunto era de outros países.

4.4 Discussão

A abrangência das publicações oficiais está estreitamente ligada ao conceito adotado das mesmas. Se este for amplo, como discutido no item 3.5, então inúmeros tipos de publicações, conteúdos e públicos estarão envolvidos. Em cada instituição oficial em particular podem ser definidos os tipos, os conteúdos e os públicos de suas publicações.

No entanto, há algumas questões levantadas no 5º SPOB que merecem uma discussão com mais acuidade.

A primeira delas refere-se aos relatórios de estudos e pesquisas. Estes, ao contrário do que alguns estudiosos apregoam, podem ser considerados como publicações oficiais, pois:

- a. refletem a atuação da instituição oficial que os editou; compõem uma parcela significativa da produção de publicações oficiais, mormente as editadas por instituições oficiais voltadas à pesquisa tecnológica;

(*) A EMBRAPA é uma instituição descentralizada, enquanto o IPT é uma instituição centralizada.

- b. embora alguns possam ter um caráter sigiloso e/ou confidencial, podendo ser consultados somente mediante aprovação do cliente, outros não têm esse caráter, sendo acessíveis ao público; mesmo os primeiros, após um período determinado de tempo, deixam de ter esse caráter sigiloso/confidencial.

A segunda questão refere-se aos livros de poesia ou romance. Estes, a exemplo do relatório de pesquisa, também podem ser considerados publicações oficiais, desde que a instituição que os edite tenha relação com esse tipo de conteúdo (por exemplo, a Faculdade de Letras de uma Universidade). No entanto, se tais publicações forem editadas por uma Secretaria de Ciência e Tecnologia, então esta instituição estará fugindo à sua própria finalidade*.

A terceira questão está centrada na preocupação básica de muitas instituições oficiais em padronizar a forma de apresentação de suas publicações, colocando em segundo plano a relação (conteúdo + público = tipo). Vale frisar, porém, que esta relação faz parte integrante da eficácia da comunicação. Mesmo assim, poucas instituições investem (dinheiro e pessoal) para a melhor editoração dos textos a serem publicados e para a análise e atualização do público de suas publicações.

A última questão relaciona-se ao fato de grande parte das instituições oficiais brasileiras não têm um programa editorial que estruture adequadamente as suas publicações em termos de tipo, conteúdo e público. O próprio Conselho Editorial de uma instituição oficial, ao aprovar trabalhos para publicação sob o ponto de vista do conteúdo, pode deixar-se levar por interesses políticos e/ou manipulação de grupos internos que detêm algum tipo de poder. Isto não pode ocorrer, pois comprometerá o conteúdo das publicações oficiais, distanciando-as do objetivo e da atuação da instituição, além de distorcer e representar parcialmente a própria memória nacional.

5 Características

Ao folhear uma publicação qualquer, é difícil dizer se é uma publicação oficial, a não ser que se saiba, de antemão, que o editor é uma instituição oficial. Falta uma identificação, pelo menos a nível de capa/folha de rosto, que indique, claramente, tratar-se de publicação oficial. Esta foi a preocupação que norteou o trabalho desenvolvido pela Comissão de Estudos sobre Publicações Oficiais da ABNT (P 14:02.05-001/86 – Associação..., 1986)

(*) Ver Benquerer (1976).

Discordando em parte do exposto nesse projeto de norma, com base na experiência profissional em editoração de publicações, pode-se dividir os elementos característicos das publicações oficiais em dois grupos: elementos característicos primários e elementos característicos secundários, como ver-se-à a seguir.

5.1 Elementos característicos primários, básicos ou essenciais

São os elementos que devem existir, obrigatoriamente, para identificar uma publicação como oficial, ou seja, o brasão e a indicação do órgão editor.

5.1.1 Brasão – O brasão, segundo o projeto de norma da ABNT (Associação..., 1986:2):

“É obrigatório nas Publicações Oficiais Federais, conforme Lei nº 5.700, de 01.09.71, e alterações. Seu uso nas publicações estaduais e municipais deve estar de acordo com a legislação vigente em cada Estado ou Município...”

e acrescenta:

“É recomendado o uso do brasão pelas Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações”.

5.1.2 Identificação do órgão editor – O projeto de norma citado descreve, também, como identificar o órgão editor, sendo este da administração direta, do Distrito Federal e Território, e da administração indireta*. No caso de órgão editor da administração direta (Associação..., 1986:2), tem-se o seguinte.

“Devem constar os níveis da federação (República Federativa do Brasil, ou Governo do Estado de..., ou Prefeitura Municipal de...), seguidos do nome do órgão de primeiro escalão e do órgão de segundo escalão e ele subordinado e executante da publicação...”

Exemplo:

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Ministério da Educação
Departamento de Ensino Fundamental

(*) Ver Associação..., 1986 (P 14:02.05-001/86).

5.2 Elementos característicos secundários

São todos os outros elementos que caracterizam a publicação em geral, como:

- a. título, autoria, local e data;
- b. formato;
- c. autoridades responsáveis e equipe editorial;
- d. logotipo ou símbolo;
- e. dados sobre tiragem, número de registro na instituição editora, ISSN, ISBN, ficha catalográfica, mês e ano de impressão etc.

Para esses elementos secundários, alguns de uso obrigatório e outros de uso optativo, já existem normas específicas da ABNT (por exemplo, quanto ao emprego de formatos derivados do AO, apresentação de publicações periódicas etc.), razão pela qual não são abordados especificamente neste breve trabalho. Destaca-se, porém, que a inclusão das autoridades responsáveis (optativa, segundo a ABNT) configura-se em dado importante, na medida em que é indicador das diferentes gestões da administração pública. Tal observação é válida, ainda, quanto à inclusão da equipe editorial que elaborou a publicação, valendo como crédito para o currículo das pessoas integrantes da mesma.

5.3 Discussão

O que caracteriza, essencialmente, uma publicação oficial é o uso do brasão e a identificação do órgão editor, hierarquizando as entidades a ele vinculadas, da maior para a menor. Os outros elementos são característicos de qualquer publicação, não unicamente das oficiais (por exemplo: autoria).

Considera-se que o projeto de norma da ABNT é uma iniciativa plenamente válida, sendo ponto de partida para a análise e padronização das publicações oficiais brasileiras, pois a disseminação e o acesso a estas podem ser atingidos com maior probabilidade se forem padronizadas. Discorda-se, porém, de algumas colocações desse projeto; por exemplo, no que diz respeito à inclusão do logotipo ou símbolo e de outras informações como elementos característicos primários.

6 Considerações finais

Não se poderia, no estágio atual, restringir um conceito ou formular uma definição que fosse representativa do universo dessas publicações, e discutir a abrangência e caracterização das mesmas.

Isto somente será possível a partir de um cadastramento de todas as instituições oficiais brasileiras e suas respectivas publicações, a nível federal, estadual e municipal. É chegado o momento de assumir uma postura séria e propor que tal levantamento seja realizado, caso contrário, no próximo Seminário, novamente as mesmas dúvidas estarão sendo discutidas e não se contribuirá para aumentar a eficácia desse veículo de comunicação dentro do processo de transferência da informação.

Em um primeiro estágio seria produzida uma obra com a indicação de todos os órgãos oficiais brasileiros e suas siglas. Em um segundo estágio seriam levantados os tipos de publicações de cada órgão e feita a classificação da tipologia de seus conteúdos informacionais.

A somatória do que é instituição oficial brasileira, quais as publicações oficiais e sua tipologia de conteúdo classificada permitirá que as dúvidas sobre conceito, abrangência e caracterização sejam sanadas, a fim de ter-se um controle da produção das mesmas a nível nacional.

Para a coleta dessas informações, no entanto, será necessário apoio a nível governamental, orientado por um "caminho", que pode ser o seguinte:

A Comissão de Publicações Oficiais Brasileiras, ou outra entidade, como a Associação Brasileira de Normas Técnicas, ou a Federação Brasileira de associações de Bibliotecários, poderia criar comissões ou subcomissões, a nível federal e em cada estado, auxiliadas por membros do Governo, para realizar esse cadastramento.

Essa iniciativa deve congrega esforços de todos os profissionais envolvidos na área e, principalmente, de estudiosos e pesquisadores que poderão elaborar o quadro referencial em que se apoiará o cadastramento. Com isso, pode-se promover um diálogo e um acordo profissional entre os três componentes do processo de transferência da informação (autor/editor/bibliotecário) para o bem comum do leitor (quarto componente desse processo), aumentando a eficácia da comunicação das publicações oficiais brasileiras.

7 Agradecimentos

Registram-se agradecimentos às seguintes pessoas, que contribuíram, através da discussão e esclarecimento, para a consecução deste trabalho:

- . **Ivany Kotait** – ex-presidente da CB14 da ABNT, Mestre em Normalização e consultora técnica em normalização documental.
- . **Neusa Dias Macedo** – professora assistente doutora da ECA/USP.
- . **Solange Alves Otto Franco** – presidente da Comissão de Estudos sobre Publicações Oficiais da ABNT.

Abstract – Describes government publications as communication vehicles inserted in the information transfer process. It presents the follow: a. definition/concept and doubts about them; b. encompassment problems in terms of the type, content and public; c. identification of the primary characteristics (title, author, format and others. Finally, proposes a reflection on the three process information transfer components (author/editor/librarian).

8 Referências Bibliográficas

1. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. 1986. **Apresentação de publicações oficiais**. São Paulo, ABNT. 4p. (Projeto 14:02.05-001).
2. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. 1967. **Terminologia de documentos técnico-científicos**. Rio de Janeiro, ABNT, 9p. (PTB-49 Estágio Experimental).
3. BEMQUERER, M.B. 1976. Problemas de editoração, divulgação e comercialização das publicações do Ministério da Educação e Cultura. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**. Brasília 4 (1): 13-22.
4. CARVALHO, M.R. de. **Contribuição ao estudo da comunicação científica e tecnológica no Brasil**. São Paulo, 124p. (Mestrado-Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo).

5. CAVALCANTI, C.R. 1983. Definição de publicações oficiais brasileiras. **5º Seminário sobre Publicações Oficiais Brasileiras**. 1983, Brasília, 8p.
6. CESARINO, M.A.N. 1978. **Bibliotecas especializadas, centros de documentação, centros de análise da informação: apenas uma questão de terminologia?** Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, 7(2): 218-41.
7. FERREIRA, A.B. de H. 1975. **Novo dicionário da língua portuguesa**. São Paulo, Nova Fronteira. p. 699 e 1165.
8. GRAZIANI, A. Italian official publications. **Aslib Proceedings**, London, 26(7/8), jul./Aug. 1974.
9. MEYRIAT, J. ed. 1958. Summary guide. In: **Études des bibliographies courants des publications officelles nationales**. Paris, UNESCO. p.35-52.
10. RABAÇA, C.A. & BARBOSA, G. 1978. **Dicionário de comunicação**. Colab. Muniz Sodré. Rio de Janeiro, Codecri. 498p.
11. 5º SEMINÁRIO SOBRE PUBLICAÇÕES OFICIAIS BRASILEIRAS. 1983. Brasília. 28p. (Anotações).
12. SILVA, B. 1981. Da galáxia de Gutenberg à aldeia global. In: MAGALHÃES, A. et al. **Editoração hoje**. 2. ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas. Cap. 1, p. 3-21.
13. SOUZA, F. das C. de. 1985. Publicação oficial brasileira? **Boletim da ABDF**. Brasília, 8(1): 43-7.